



Proposta de Marcos Freire é por definição de regras até 30 de junho

Obstrução cairá se PDS definir ^{seu}pleito

A obstrução da pauta de votação do Senado Federal poderá acabar a qualquer momento se o partido do Governo aceitar a proposta formulada ontem pelo líder do PMDB, senador Marcos Freire. Segundo a proposta do senador pernambucano, o PDS deve comprometer-se em divulgar o seu projeto de reforma eleitoral até o dia 30 deste mês; debater este projeto durante o recesso parlamentar de julho e; no início do mês de agosto, formular a reforma eleitoral através de um projeto específico.

O encaminhamento dessa proposta deverá ser concretizada hoje quando estarão já em Brasília os líderes do Governo no Senado. A liderança do PDS, por sua vez, deverá entregar a proposta ao presidente do partido, senador José Sarney. Caso o partido governista aceite os termos do compromisso, o líder do PDS reunirá a sua bancada para o exame de resposta. Tão logo isso ocorra, a pauta de votação da Ordem do Dia do Senado Federal será desobstruída pelos partidos de oposição, cuja paralisação já chega a quase dois me-

ses.

Segundo Marcos Freire, a desobstrução da pauta será feita "de imediato, baseada apenas na palavra do senador José Sarney". O senador acredita ainda que não deverá ocorrer quebra de entendimentos a exemplo do que aconteceu com o acordo que existia para a aprovação do projeto do senador Humberto Lucena, que previa a regulamentação das coligações partidárias.

Este acordo foi rompido pelo PDS. Na ocasião, o líder pedesista, senador Nilo Coelho, rompeu o acordo afirmando: "A maioria não discute, a maioria vota". Marcos Freire acredita na autonomia política do partido do Governo: "Não conheço assunto mais político do que a reforma eleitoral," disse.

"Hoje, afirmou o senador Marcos Freire, "a opinião pública quer saber do Governo as regras do jogo. As regras que definirão a realização das eleições de 82." Não acredito, concluiu, "que a obstrução que vem sendo mantida pelas Oposições venha reforçar as intenções do Governo em firmar posição na manu-

tenção do decurso de prazo. O Governo sempre se utilizou dessa prática. Não vai ser por isso que o Governo vai querer justificar a manutenção do decurso de prazo".

Apenas 27 senadores assinaram ontem o livro de presença no Senado. Por este motivo, mais uma vez não houve o número mínimo, de 34 senadores, exigido para que sejam votados os projetos constantes da Ordem do Dia. E assim, 29 projetos permanecem sem votação desde o dia 27 de março, quando as oposições iniciaram a obstrução da pauta, como forma de obrigar o Governo a definir as regras eleitorais de 82.

Deste projetos, 18 são referentes a autorização de empréstimos externos e internos para governos estaduais e Municipais, originários do Executivo. Outros dez projetos são de autoria de senadores dos próprios partidos de oposição. Outro é também de origem do Executivo e institui a taxa do lixo no Distrito Federal, não tendo o apoio dos oposicionistas.